



**SEDES**

ASSOCIAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO  
ECONÓMICO E SOCIAL

**TERMOS DE REFERÊNCIA DOS  
GRUPOS DE TRABALHO DA  
SEDES**

## I. GEOPOLÍTICA UNIÃO EUROPEIA E PORTUGAL NO MUNDO

**Relator/Coordenador:** Miguel Poiares Maduro/Henrique Monteiro

**Position Paper:** Sobre a Presidência Portuguesa da União Europeia, em colaboração com Associação Mais Europa.

Roteiro de discussão:

1. Geoestratégia: Cenários para a evolução económica das grandes potências mundiais entre 2020 e 2060. EUA, EU, Rússia e China.
2. Portugal no Mundo: Qual a posição que Portugal deve assumir no Mundo (Portugal Global); Portugal como porta de entrada na Europa; Portugal como ponte para o Brasil e América do Sul; Portugal como ponte para África; ativo da Língua Portuguesa.
3. Portugal e a Nato: Papel de Portugal na Nato; o futuro da Nato.
4. União Europeia: O futuro da União Europeia. Vários cenários possíveis pós-Brexit: (i) mais integração, finalmente conseguem-se realizar os planos da União Bancária, aprofundamento da Europa Social e de uma Política Externa Única com constituição de um núcleo de exército e segurança únicos; (ii) desintegração, com Grupo de Visegrado em cessação com nova orientação política, receio pela França e Itália da hegemonia alemã, e pressão das Potências Estrangeiras que pretendem destabilizar a EU.
5. Política de Soberania e Segurança Nacional: Cibersegurança e Controle da Comunicação Social; Setores estratégicos e Segurança Nacional – controle. do IDE
6. Regimes Económicos e Políticos Emergentes Iliberais: cultura ou estrutura social propícias à democracia liberal (como a conhecemos e prezamos) antes oscilando entre regimes de autoritarismo puro e duro, ditocracias e democracias iliberais. A China: partido único comunista e economia capitalista. Concorrência versus cooperação entre Ocidente e China
7. Intervenções e Destabilização de Potências Estrangeiras na Europa: pulsões iliberais, que estão cada vez mais a sentir-se na EU (e não só no grupo de Visegrado, e não só em forças populistas de Direita que já chegaram ao Poder, mas também entre as populistas de esquerda), são palco em que se degladiam forças exteriores e globais (o financiamento do

Podemos pela Venezuela, apoios da Rússia a Le Pen e Salvini, a relação da China com o Sryza, são exemplos a ter presente)

8. Políticas de Vizinhança: Mediterrâneo Sul e Leste: a margem sul e leste do “grande” lago Mediterrânico, a estratégia geopolítica da Turquia que se inspira na “Sublime Porta”, a pressão demográfica africana e a inviabilidade de ter destino sem viagem numa África com idade média de população que hoje é de 18 anos e tendo presente que em 2100 metade das crianças entre 0 e 4 anos viverão neste continente
9. Envelhecimento e Imigração: A Europa tem idade média de população quase de 50 anos e vai acentuar-se essa tendência. O Estado Social Europeu não será viável com essa evolução da pirâmide demográfica. Crescimento, inovação e gastos sociais. Questão da imigração.

## II. REFORMA DO SISTEMA POLÍTICO

**Relator/Coordenador:** André Azevedo Alves/Henrique Monteiro/Miguel Poiars Maduro

1. Reforma do Sistema eleitoral, sendo que a SEDES já se comprometeu com o sistema misto, inspirado no modelo alemão;
2. Formas de combater a abstenção e análise das suas principais causas;
3. Problema do poder excessivo do Executivo e confusão entre Estado e partido.
4. Descentralização política e administrativa;
5. Formas de aumentar escrutínio sobre decisões políticas, obrigação de passar pelo parlamento as nomeações relevantes;
6. Revisão do estatuto do deputado, nomeadamente em termos de remunerações e exclusividade e sua relação com qualidade dos deputados;
7. Desejabilidade de refletir sobre vantagens e desvantagens do voto electrónico e por correspondência;
8. Problema do acesso ao sistema político e da representatividade;
9. Bases do Sistema Partidário, barreiras à entrada, representatividade e regras de funcionamento.

Sub-grupos:

- i. Aprofundar Reforma do Sistema Eleitoral: regionalização e demarcação dos círculos eleitorais; ligações entre a reforma do sistema eleitoral e as outras propostas de reforma do sistema político
- ii. Funcionamento dos três braços do Estado: Executivo, Parlamento e Justiça
- iii. Participação no sistema político.

### III. ESTRATÉGIAS DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO

**Relator/Coordenador:** Carlos Alves

#### **Parte 1. DIAGNÓSTICO: Qual o desempenho da economia portuguesa nos últimos 20 anos, suas condicionantes e determinantes?**

**Objetivo:** Mostrar que o desempenho absoluto e relativo da economia portuguesa nos últimos 20 anos foi medíocre quando comparado com outros países da UE. Mostrar que há causas para que isso aconteça e tornar patente que crescer mais ou menos, em certa medida, é uma questão de escolha (política) e que não crescer não é uma fatalidade. Tornar patente as consequências do reduzido crescimento registado, tornando evidente que essa evolução tem consequências no nível absoluto e relativo da qualidade de vida dos portugueses. Igualmente se visa tornar patente que, a não ser invertida a trajetória, Portugal continuará a afastar-se dos países com níveis de vida mais elevados e, em breve prazo, será ultrapassado por muitos países que tinham e ainda têm níveis de rendimento *per capita* inferiores ao português. Em suma, tornar patente que “tem corrido mal”, mas que “não é sina”, e que “poderia e pode correr melhor”, todavia, “é necessário tomar medidas nesse sentido”. As consequências têm sido, são (e se nada for feito) serão muito penalizadoras para os portugueses, quer para a geração atual quer para as gerações futuras.

#### **a) Crescimento Económico e Competitividade**

Qual foi o desempenho absoluto e relativo da economia portuguesa nos últimos 20 anos?

Como evoluiu o *stock* de fatores produtivos (capital físico, trabalho e recursos naturais)? Como evoluiu a produtividade do trabalho e do capital?

Quais as condicionantes da expansão do investimento? E da sua produtividade?

Quais as condicionantes da evolução do fator trabalho? E da sua produtividade?

Em termos de evolução tecnológica, quais os progressos registados pelo país? Como comparam com outros países? Quais os obstáculos à progressão do conhecimento no país e, sobretudo, quais os obstáculos à sua incorporação no processo produtivo?

Como evoluiu a exploração dos recursos naturais? Como evoluíram os custos da energia e em que medida condicionaram e determinaram a evolução da economia portuguesa?

O crescimento foi inclusivo? Como evoluiu o produto/rendimento mediano em comparação com a evolução produto/rendimento total? A distribuição de riqueza desequilibrou-se? Como compara neste aspeto a evolução de Portugal com a evolução de outros países? O crescimento foi inclusivo do ponto de vista territorial?

Sobre as instituições relevantes para o crescimento económico, são estas efetivamente inclusivas ou extrativas? Há instituições “extrativas” (incluindo empresas públicas) no país que condicionem o crescimento económico? Há verdadeiramente concorrência em todos os setores económicos? Há rendas excessivas que obstaculizam ao crescimento económico? O sistema judicial assegura uma efetiva e atempada proteção dos direitos de propriedade e do cumprimento dos contratos? Tem sido assegurado a estabilidade das leis relevantes para quem tem de tomar decisões de investimento? Que custos de contexto urge reduzir ou eliminar? A administração pública portuguesa está preparada, e tem contribuído, para o crescimento económico sustentado do país?

O sistema financeiro português tem estimulado um crescimento económico sustentável? Em que medida esse crescimento tem sido condicionado por força de limitações ou fraquezas do setor financeiro?

Até que ponto o crescimento económico registado se tem baseado em determinantes não sustentáveis? Por exemplo, até que ponto a dívida pública e privada não têm sido indutoras de um crescimento não sustentável e irão tornar-se numa carga insustentável para as gerações futuras? Isto é, o desempenho económico registado não está baseado em “*debt steroids*”?

No que respeita à sustentabilidade ambiental, como compara o país com outros? Tem o país dado os passos necessários a assegurar a sustentabilidade ambiental da sua economia? Tem o país sido capaz e eficiente a explorar as oportunidades que a mudança de paradigma ambiental origina?

As políticas que têm sido adotadas em que medida estimulam ou constroem o investimento? Por exemplo, o que dizer da política fiscal? Por exemplo, o que dizer da política de educação? Por exemplo, o que dizer da política de ciência e tecnologia, designadamente no que respeita à ligação entre as empresas e as universidades?

O que dizer das escolhas feitas na afetação dos recursos disponibilizados pela UE nos últimos 20 anos? Terão as políticas de apoio ao investimento induzido uma eficiente alocação global de recursos, ou terá sido essa afetação apenas eficiente do ponto de vista privado? Terá a rentabilidade global do investimento superado a sua taxa de depreciação? Em que medida as políticas adotadas estimularam escolhas improdutivas?

Em que medida na construção da União Europeia remanescem obstáculos a uma concorrência justa, indutora de crescimento económico e coesão regional?

Que outros obstáculos se têm colocado ao crescimento económico e à competitividade internacional do país?

#### **b) Outros Fatores de Desenvolvimento Económico e Social**

Além do crescimento económico e das questões ambientais, muitas outras determinam o nível de desenvolvimento económico. Assim, como tem evoluído o país em termos absolutos e relativos em termos de desenvolvimento económico, i.e., em índices tais como: o Human Development Index (HDI) das Nações Unidas, o OECD Better Life Index, o Social Justice Index ou BCG Sustainable Economic Development Assessment (SEDA)?

E em outros índices relevantes como, no que respeita à qualidade da educação, o OECD PISA ranking?

Porque é que Portugal não tem tido melhor desempenho nestes índices internacionais relevantes?

O que tem prejudicado a qualidade de vida dos portugueses (falta de emprego, demasiado tempo em deslocações para o emprego, equilíbrio família emprego, precaridade da situação profissional com impacto na constituição de família, etc.)?

### **Parte 2. ESTRATÉGIAS: Que visão estratégica temos e que desempenho futuro queremos para a economia portuguesa?**

**Objetivo:** O objetivo desta parte é enunciar uma visão estratégica para o país, estabelecer ambições metas realistas que materializem essa visão estratégica.

#### **a) Que visão estratégica temos para o país?**

[O crescimento e o desenvolvimento económico exigem que o país disponha de **instituições** políticas, administrativas, reguladoras e empresas **inclusivas** e **estimuladoras** da inovação, do progresso técnico e tecnológico. Além disso, exige que se realizem os **investimentos** necessários a repor o capital físico que se vai depreciando, a expandir a capacidade produtiva instalada, e a **incorporar os progressos tecnológicos e a incorporação do conhecimento na produção**. O

crescimento sustentado económico igualmente exige que os recursos humanos se vão expandindo em quantidade e, sobretudo, qualidade, o que apenas pode ser alcançado com uma maior **qualificação** da população. Por fim, a **produtividade** das empresas e, conseqüentemente, **competitividade** do país exige a eliminação de custos de contexto, o que implica que as empresas e os portugueses possam aceder a preços internacionalmente competitivos nos diferentes fatores produtivos (incluindo, por exemplo, a energia e as telecomunicações), mas igualmente beneficiem de um enquadramento fiscal não asfixiante.]

[De acordo com o **IMC World Competitiveness Ranking de 2020 Portugal ocupa o 37º lugar**, sendo que era o 33º em 2018. Ainda que estes rankings se baseiem em opiniões dos agentes económicos, eles também se baseiam em *hard data*. Para estes, pelo menos, há que ver um a um os fatores que nos afastam do *top ten* e eliminar um a um.

**Os três países de topo (Singapura, Dinamarca e Suíça são pequenos países)**. Porque estão eles no topo e nós não? **São países muito abertos ao exterior, com economias fortemente sujeitas à concorrência internacional. Nestes países não há protecionismos. As empresas não vivem à sombra do Estado, nem estão à espera do Estado. Vivem e competem no mundo inteiro.** Os seus mercados de trabalho são suficientemente flexíveis. As instituições funcionam e são um fator de indução de eficiência e produtividade. Beneficiam de uma reputação de países fiáveis e merecedores de confiança, não corruptos, que o seu passado fez por merecer. São capazes de atrair e de reter talento e, conseqüentemente, de promover a inovação. **Sem gastarem o que nós gastamos a incentivar a produção de energia verde, são muito eficientes ecologicamente.**

**Para atrair talento e investimento (incluindo estrangeiro) de qualidade e estimular um bom ambiente de negócios e um clima de produtividade e competitividade é preciso:** - **legislação laboral flexível** (pelo menos quanto uma Dinamarca); **carga fiscal sobre as empresas competitiva** (pelo menos quanto uma Suíça, que tendo o custo de vida mais alto do mundo atrai as sedes e direções efetivas de muitas multinacionais); **um sistema de justiça que funcione; um sistema de saúde de qualidade; infraestruturas impecáveis** (neste aspeto não estamos muito mal, tirando o comboio e os portos); **estabilidade política; educação de elevada qualidade; proximidade a universidades e centros de investigação de classe mundial; segurança e qualidade de vida; condições de emigração generosas** (mas não políticas de vistos gold miserabilistas); **um bom ambiente internacional; uma sociedade aberta e alguns clusters de multinacionais em setores importantes como as indústrias do mar, farmácia, biotecnologia, engenharia de precisão, tecnologias sustentáveis IT, etc.** **É só ver da lista o que temos e o que nos falta.** Estas multinacionais farão a diferença entre estar ou não estar nos rankings internacionais competitividade global e inovação. **Todavia, têm de ter pelo menos grande parte dos seus centros de decisão cá.** Têm de criar cá empregos de elevado valor acrescentado. Na Suíça este tipo de empresas paga cerca de 50 por cento das *corporate taxes* e os seus funcionários pagam uma boa parte do IRS global. Estas empresas têm de servir como *benchmark* e motivador das empresas nacionais.]

#### **b) Que objetivos materializam essa visão estratégica?**

Que objetivo em termos do crescimento anual do PIB per capita para os próximos 5, 10 e 20 anos? Um crescimento baseado na produtividade ou baseado no crescimento dos fatores? Que objetivos estabelecer para o crescimento da produtividade?

Que objetivos estabelecer para a transformação tecnológica do país? O que desejar em matéria de produção do conhecimento e de ligação a redes e centros de investigação internacionais?

Que métricas estabelecer para que esse crescimento económico seja sustentável ambientalmente? E geracionalmente, designadamente não se baseando em acumulação de dívida? Que objetivo em termos de crescimento do PIB per capita mediano versus PIB per capita total, ou, noutros termos, que objetivo em termos de distribuição de riqueza? Ainda de outro modo, como estabelecer objetivos equilibrados que não obstaculizem o crescimento desejado, mas igualmente assegurando que este é inclusivo e não capturado (quase integralmente) por uma pequena parte da população? Além de um crescimento sustentável, geracional e ambientalmente, inclusivo e baseado no crescimento da produtividade, que outros objetivos estabelecer? Por exemplo, aproveitar a digitalização para promover o crescimento de cidades médias no interior descongestionando as grandes cidades?

### **Parte 3. POLÍTICAS: Que políticas e transformações são necessárias para atingir os níveis de crescimento e desenvolvimento económico desejados?**

**Objetivo:** Esta parte constitui a secção substancial do trabalho, de onde saíram os *outputs* com destino aos decisores de políticas económicas. Aqui devem ficar claros as políticas de crescimento que propomos para o país. É, pois, a secção que deverá ocupar mais espaço no relatório e que mais nos deve ocupar. Em alguns aspetos será necessário assegurar alguma articulação com outros grupos de trabalho.

#### **3.1 Estratégia de Recuperação da Crise COVID e Estabilização Macroeconómica**

a) **Estratégia de Recuperação:** Que medidas propomos como resposta aos choques pandémico e económico que estão a ocorrer em 2020-2021, de forma a mais rapidamente possível estabilizar a economia portuguesa e lançar as bases para um crescimento económico robusto e sustentado?

b) **Estabilidade Macroeconómica:** Que quadro de estabilidade macroeconómica é necessário assegurar para atingir os objetivos de crescimento desejado? Como assegurar essa estabilidade?

#### **3.2 Medidas Estruturais de Reforço da Produtividade, da Competitividade e da Inclusão**

a) **Investimento:** Que políticas adotar para estimular o investimento privado? E em matéria de investimento público? E no que respeita ao investimento direto estrangeiro? Como assegurar que não há desperdício de recursos públicos e/ou privados através da concretização de investimentos improdutivos ou globalmente ineficientes? Que critérios devem presidir à alocação de recursos públicos, seja na realização de investimento seja no seu incentivo? Em concreto, que setores e projetos se perspetivam como criadores de valor, geradores de emprego de qualidade, e com um contributo marginal para o crescimento económico sustentado muito significativo? Em que medida deve o país apostar em determinados setores (especialização)? O quão diversificada deve ser a economia portuguesa? Faz sentido estimular a formação de clusters? Se sim, quais? Faz sentido defender a minimização dos benefícios fiscais e subsídios públicos específicos para empresas (Nota: Ao selecionar locais, as empresas devem primeiro considerar fatores críticos de produção, incluindo qualidade, custos e disponibilidade de mão-de-obra; custos e modos de transporte; acesso a mercados para os seus bens e serviços; e acesso a empresas fornecedoras) e apostar mais em outros fatores de atratividade? Como definir políticas de incentivo ao investimento que privilegiem projetos que originem o aumento da produtividade de outras empresas nacionais, seja pelo fornecimento de bens e serviços, seja pela partilha de tecnologia? Como concentrar os



esforços de investimento nas indústrias, profissões e empresas que proporcionam empregos de alta qualidade e bem remunerados (Nota: Exceções podem fazer sentido quando o objetivo é proporcionar oportunidades de emprego a residentes com poucas qualificações. É defensável uma política em termos de tecnologias e setores). Como criar vantagens competitivas para a localização de certas atividades económicas (pe, produção de medicamentos), seja em termos e redes de fornecedores, infraestruturas especializadas, mão-de-obra qualificada, atributos geográficos, oportunidades de investigação e desenvolvimento, recursos financeiros ou localização? Como desenvolver algumas das vantagens competitivas potenciais?

b) **Educação e Recursos Humanos:** Que políticas adotar para estimular o alargamento em quantidade e qualidade da população ativa? Como melhorar as qualificações e aumentar a produtividade das pessoas? Como e em que investir na educação e na formação de competências para melhorar a vida dos residentes e melhorar as competências e conhecimentos que esses residentes trazem para os seus empregos?

c) **Inovação, Tecnologia e Produtividade:** Que políticas adotar para assegurar a adoção eficiente de novas tecnologias, particularmente as tecnologias de natureza digital? Como estimular a incorporação do conhecimento na produção? Como melhorar a ligação das empresas às universidades? Como assegurar o acesso a conhecimento de ponta? Como aumentar a produtividade quer do capital quer do fator humano?

d) **Digitalização:** Em particular que políticas adotar para estimular a transação digital da economia portuguesa? De que forma aproveitar o processo de transição digital para aumentar a competitividade da economia portuguesa? Como aproveitar a Indústria 4.0 para ganhar competitividade internacional?

e) **Inovação e Empreendedorismo:** Como promover a inovação e estimular o empreendedorismo? Como estimular o aparecimento de empresários que assumam riscos para transformar conhecimento, mão-de-obra, equipamento e materiais e em atividade produtiva geradora de elevado valor acrescentado? Que políticas adotar para que a transição de gerações nas empresas familiares seja uma oportunidade de crescimento por inovação e internacionalização, em vez de significar (como muitas vezes acontece) um processo de destruição de capacidade produtiva instalada?

f) **Agricultura e Recursos Naturais:** Como aproveitar melhor e de forma sustentável os recursos naturais do país? Como estimular uma agricultura competitiva, sustentável e geradora de riqueza? Como explorar melhor os recursos marítimos? Que exploração fazer do subsolo? Que turismo queremos e como o atingir? Que política de reflorestação preconizamos?

g) **Logística e Geografia:** Como explorar a localização geográfica do país e constituí-lo numa plataforma logística internacional criadora de valor? Que investimentos em infraestruturas (ferroviárias, portuárias e outras) se justificam neste contexto?

h) **Competitividade e Exportações:** Especificamente no que respeita à internacionalização da economia, que políticas e medidas podem ser adotadas para aumentar a sua competitividade, e em particular as suas exportações? O que fazer para tornar o país mais atrativo para empreendedores e gente de talento? Como canalizar preferencialmente as políticas no sentido de

promover preferencialmente o investimento no setor dos bens transacionáveis? Em suma, como transformar a economia portuguesa numa economia orientada para as exportações?

i) **Políticas Ambientais e Energéticas:** Que políticas ambientais e energéticas precisamos de ter para, simultaneamente, assegurar a sustentabilidade do crescimento económico e a competitividade global do país? Como compatibilizar uma economia verde equilibrada, com custos aceitáveis e justos de transição climática? Que vantagens competitivas podemos explorar no processo global de transição para processos produtivos mais sustentáveis? O país precisa de um novo plano energético? Qual? O que defendemos relativamente ao Plano do Hidrogénio?

j) **Custos de Contexto:** Que políticas adotar para remover os obstáculos ao crescimento económico e os custos de contexto? Que políticas adotar para combater a concorrência desleal, falências fraudulentas, etc?

k) **Ideologia do Crescimento e do Mérito:** Como estimular uma preocupação social generalizada com o crescimento? Como desmistificar e ultrapassar obstáculos ideológicos ao crescimento? Como contribuir para a introdução de ambição na sociedade portuguesa? O que fazer no sentido de os cidadãos tenham sérias preocupações com a competitividade da economia portuguesa e pressionem os decisores políticos no sentido de estes adotarem permanentemente esforços de desenvolvimento económico?

l) **Inclusão Social:** Que políticas adotar para que o crescimento económico a alcançar seja social e territorialmente inclusivo? Que políticas adotar para que o esforço de crescimento e, conseqüentemente, o seu financiamento sejam geracionalmente justos? Como estimular a meritocracia indutora de uma sociedade mais justa e inclusiva, mas simultaneamente mais geradora de eficiência e excelência? Que políticas adotar para transformar áreas urbanas em declínio económico e social em áreas de crescimento e inclusão? Que políticas de combate à pobreza? E em matéria de habitação social?

m) **Coesão Territorial:** Que políticas adotar para que o crescimento económico a alcançar seja territorialmente coeso e inclusivo? Que políticas de desenvolvimento regional adotar? Como aproveitar a oportunidade da digitalização para estimular a criação de cidades médias, no interior, onde seja possível combinar a realização pessoal e profissional com qualidade de vida? Como estimular o desenvolvimento regional de forma a tirar partido das infraestruturas (designadamente rodoviárias) existentes? Que investimentos adicionais em infraestruturas se justificam neste contexto?

n) **Construção Europeia:** Que avanços devem registar-se na construção europeia para que se eliminem obstáculos à concorrência justa, remanescentes e se induza um crescimento económico sustentado e regionalmente coeso?

o) **Outras:** Que outras políticas adotar para estimular o crescimento da produtividade e a competitividade do país? Que outras políticas adotar para aumentar a qualidade de vida do país?

### 3.3 Financiamento da Estabilização e do Crescimento

- a) **Custo e Financiamento das Políticas e Estratégia de Financiamento Propostas:** Quanto custa estratégia de crescimento proposta? Quanto custam cada um dos programas e medidas defendidas? Como as financiar?
- b) **Recursos Comunitários:** Que recursos comunitários podem ser mobilizados (Quadro Financeiro Plurianual, Programa Next Generation EU, )? Que alocação deve ser dada a esses recursos?
- c) **Sistema Financeiro:** Que sistema financeiro é necessário para assegurar o caminho de crescimento proposto? Como construir esse sistema financeiro?
- d) **Instituições Públicas:** Que papel, em particular, pugnamos para o Banco de Fomento (e eventualmente para a CGD)? Que papel deve desempenhar o Estado em matéria de capital de risco?

### 3.4 Governação do Processo de Crescimento Económico

#### a) Instituições e Governação:

Que políticas adotar para melhorar a qualidade das instituições determinantes do crescimento económico? Como assegurar que o país disponha de uma administração pública eficiente, inclusiva e estimuladora da inovação e da evolução tecnológica?

#### b) Planeamento e Administração das Políticas de Crescimento

De que forma (isto é, por que órgãos da administração pública) devem ser concebidas, planeadas (quando deva existir planeamento) e sobretudo avaliadas as políticas que visam induzir ou estimular o crescimento económico? Como devem ser acompanhados os programas executados em sua implementação, de forma a evitar desvios significativos na execução? Deve existir uma avaliação pós-execução, e se sim, quem a deve concretizar?

#### c) Princípios a Que Deve Obedecer o Apoio ao Investimento

Temos alguma coisa a propor em matéria de princípios e critérios a que deve obedecer o apoio público a investimento, incluindo o investimento direto estrangeiro? Em que condições é preferível mobilizar os recursos disponíveis para amortização de dívida pública em vez de lhe dar outro uso?

[Exemplo: *Princípio Geral: Apenas devem ser apoiados projetos que sejam globalmente criadores de valor (e não apenas rentáveis na componente privada), sendo essa rentabilidade apurada tomando em conta a qualidade e quantidade dos empregos direta e indiretamente criados, bem como o seu contributo marginal para o crescimento económico sustentado. Nessa avaliação igualmente se deve considerar o impacto regional do projeto na fixação da população, no aumento do seu rendimento mediano, na diminuição da proporção de pessoas pobres e no seu contributo para o aumento da diversidade industrial. Apenas devem ser apoiados os projetos cujos benefícios excedam os seus custos, devendo igualmente benefícios da ação de desenvolvimento económico exceder os benefícios que poderiam ter sido realizados se os recursos tivessem sido canalizados para outros fins (“custo de oportunidade”). Em todo o caso, nenhum projeto deve merecer apoio se o seu VAB global não exceder o montante global do investimento.*]

## Parte 4. Conclusões

**Objetivo:** Eleger e deixar claro as 10 políticas/medidas bandeira que sintetizam e simbolizam a política de crescimento económico preconizada.

#### IV. FINANÇAS PÚBLICAS E REFORMA DO ESTADO

**Relator/Coordenador:** João Duque

##### A. Finanças Públicas

1. Diagnóstico sobre os Problemas das Finanças Públicas
2. A eficiência e eficácia das Despesas Correntes do Estado
  - a. Despesa Social
  - b. Consumos Intermédios
  - c. Despesa com pessoal
3. A política fiscal
4. Reforma do Estado e crescimento económico
5. A sustentabilidade da Dívida Pública e crescimento económico

##### B. Financiamento da Economia

1. Bancos
2. Mercado de Capitais
3. Poupança e Pensões de Reforma

##### Questões de Políticas

- 1- Será possível relançar o desenvolvimento de Portugal com emprego qualificado mas mantendo o nível actual de despesa pública?
- 2- Quais as componentes da despesa pública com menores níveis de eficiência e quanto será possível reduzir?
- 3- Como corrigir os erros do (não) investimento público?
- 4- Como melhorar a metodologia de construção do orçamento do Estado e de avaliação da sua execução?
- 5- Quais as alterações orçamentais razoáveis devido ao contexto da pandemia e quais as perturbações infundadas actuais?
- 6- Quais as metas para as Finanças públicas relativas a 2025?

*Sub-Grupos:*

- i. Diagnóstico
- j. Estrutura e Nível da Despesa Pública (Patrício Gouveia, Luis Valadares)
- k. Eficiência e Gestão da Administração Pública (JB, LR, NCR)
- l. Política Fiscal e Competitividade
- m. Reforma do Estado, Dívida Pública e Crescimento
- n. Mercado de capitais (JM, AC, JD)
- o. Banca (JM, AC, JD)
- p. Poupança e Pensões (APG, MJL, JD)

*Questões básicas a Tratar sobre Finanças Públicas:***Ponto 1: O papel das instituições políticas portuguesas e o quadro legal de ação orçamental**

Existe um conjunto de fatores estruturais convergentes que favorecem um fraco desempenho e pouca robustez no exercício de funções de controlo orçamental (Assembleia da República, Presidente da República, Tribunal Constitucional e Tribunal de Contas).

**Ponto 2: O comportamento e o impacto da dívida pública na decisão orçamental**

Nos próximos vinte anos, a Política Orçamental vai estar fortemente condicionada pela necessidade de assegurar a sustentabilidade da dívida pública do País. Para assegurar a sua sustentabilidade é necessário colocar o rácio da Dívida sobre o PIB em tendência decrescente, o que exige um excedente primário da ordem dos 3% do PIB. Como conciliar esta regra com o crescimento económico?

Para assegurar a credibilidade desta política, seria importante um pacto de regime que comprometa os próximos governos a reduzir o rácio da dívida para 90% até 2030, e adotar políticas para a redução da dívida externa para 50% no mesmo período

**Ponto 3: Política Orçamental anti-cíclica**

Apesar da restrição exigida pela redução da dívida, o País não pode prescindir de continuar a utilizar a Política Orçamental como política anti-cíclica, uma vez que a política monetária do BCE está afeta à estabilidade dos preços na zona Euro.

**Ponto 4: A importância da sustentabilidade e capacidade de estabilização encapsuladas nas regras orçamentais**

Algumas propostas de revisão do PEC vão no sentido de dar mais importância ao teto à despesa pública primária, em percentagem do PIB, mas estas implicam um julgamento sobre a dimensão do setor público. No entanto, uma das principais propostas é da inclusão de um mecanismo de correção de erros, por exemplo, através da constituição de um Fundo que limitaria os desvios em relação à regra básica de disciplina orçamental. Um país que deixe apenas atuar os estabilizadores automáticos não só está a prosseguir uma política anti-cíclica, como também uma política sustentável da dívida

### **Ponto 5: Funções primordiais da Política Orçamental: eficiência e eficácia da despesa pública e dos impostos**

**Mas a outra função importante da Política Orçamental é contribuir para o crescimento económico**, pois é este que permite aumentar o nível de bem-estar no longo prazo. Quando se discute o défice estamos a falar de 2 ou 3% do PIB, **quando se discute a eficiência do Setor Público estamos a falar de quase metade do PIB**. A **eficiência** estuda a relação entre outputs e inputs de um dado setor de atividade do Estado, como por exemplo o número de diplomados em relação aos gastos em educação. A **eficácia** mede a relação entre a situação de bem-estar, em dada característica, e os recursos utilizados, como por exemplo, a esperança de vida saudável à nascença em relação à despesa total em saúde. Os estudos feitos mostram que a eficiência da despesa pública é cerca de 30 a 40% inferior à média da EU, nos principais tipos de despesa pública.

### **Ponto 6: A Política Fiscal em Portugal tem sido um fator de bloqueio do crescimento**

O **sistema fiscal português** é um misto de impostos sobre o consumo e rendimento e em menor parte sobre o património. Temos um sistema fiscal que é uma manta de retalhos, em que a principal preocupação foi a maximização da receita. Esta foi conseguida através de sucessivas alterações, algumas denominadas como reformas fiscais, mas todas dominadas por uma visão imediata de obtenção de receita, revelando uma menor preocupação com a moderna análise microeconómica.

### **Ponto 7: A formulação da Política Macroeconómica e a sua influência no desenho da Política Orçamental**

Anterior ao início do processo orçamental é essencial a **formulação da Política Macroeconómica de curto e médio prazo**. O País tem de ter instituições e capacidade para formular esta política de uma forma autónoma e não estar dependente nem da Comissão, do FMI ou da troika para a fazer.

### **Ponto 8: Modernizar o Processo Orçamental**

Lei de Enquadramento Orçamental de 2015 veio introduzir a Programação multianual por objetivos, mas a reforma da gestão orçamental que esta revolução representa ainda está nos seus primórdios. Para essa revolução é necessário passar da gestão de caixa que configura a atual Política Orçamental para uma verdadeira Gestão por Objetivos, responsabilizando os diferentes Ministros e Departamentos pela Formulação e Execução das Políticas Governamentais.

## V. INDUSTRIALIZAÇÃO, ENERGIA, CLIMA E DIGITALIZAÇÃO

**Relator/Coordenador:** Luís Mira Amaral

**Position Paper:** Programas de Recuperação e Resiliência

Position Paper: As propostas de lei sobre o clima

- (i) Aperfeiçoamento do sistema de investigação e inovação empresarial, com o reforço quer das ligações universidade-empresa quer das competências das instituições de interface, designadamente dos centros tecnológicos e institutos de novas tecnologias, lançados no Programa Específico de Desenvolvimento da Indústria Portuguesa (PEDIP), estímulo à investigação tecnológica virada para as empresas e à inovação empresarial, assim como a inserção de doutorados nas empresas;
- (ii) Investimento nas infraestruturas de integração com a Europa, nomeadamente nas ligações ferroviárias de bitola europeia do corredor atlântico;
- (iii) re-industrialização baseada na economia do conhecimento, na maior integração da robótica, inteligência artificial e impressão 3D, nas transições digital e ambiental, no aumento da produtividade e da dimensão empresarial e no reforço da *clusterização* de base tecnológica (um novo Projeto Porter), robustecendo os novos *clusters* tecnológicos em que o país já tem uma base razoável – materiais, biotecnologia, tecnologias de informação e comunicação, ciências da saúde, aeronáutica, mobilidade - e apoiando o upgrade tecnológico dos *clusters* ligados aos sectores tradicionais;
- (iv) captação de Investimento Directo Estrangeiro (IDE) tirando vantagem do processo de *re-shoring* e *near-shoring* que a crise global irá acelerar. Neste contexto é extremamente importante termos o objectivo de atrair três ou quatro grandes projectos de empresas integradoras, tipo Autoeuropa, que aumentem as exportações e contribuam para o desenvolvimento de novas empresas suas fornecedoras que depois também se tornem exportadoras;
- (v) estímulos à aceleração da qualidade do capital humano através da melhoria da qualidade da educação a todos os níveis, designadamente ao nível dos programas escolares e da maior exigência aos professores e alunos, e do reforço do ensino de cariz profissionalizante, dada a falta dramática de quadros intermédios especializados;
- (vi) criação e instituição da capacidade de planeamento estratégico do país;
- (vii) reforma fiscal amigável do crescimento;
- (viii) reforma do sistema de justiça no sentido de permitir a resolução dos litígios num prazo razoável e mediante um processo equitativo, com especial ênfase no processo tributário e na adjudicação de direitos e obrigações entre investidores e o Estado.

Neste contexto, importa dar ênfase a uma política industrial que permita o lançamento dum novo PEDIP 5.0 como apresentado já em boa hora pela AEP-Associação Empresarial de Portugal, que possibilite o reforço da inovação empresarial e a aposta nas cadeias de valor e na *clusterização* referida, com IDE e parcerias internacionais com players de referência nos vários sectores,



contendo também uma linha de reforço dos capitais próprios e do crescimento em dimensão das empresas portuguesas.

### **Políticas Climático – Ambientais e Energéticas**

Neste sentido, e como exemplo da necessidade imperativa de salvaguardar a competitividade e os empregos em Portugal, é de sublinhar que infelizmente a estrutura do Sistema Elétrico criado em Portugal a partir de 2005, baseado na produção maciça de potências elétricas intermitentes protegidas pelo sistema das FIT – Feed In Tariffs que permite eliminar qualquer tipo de concorrência, mesmo se mais barata, deu origem a preços da eletricidade que são dos mais altos da Europa, para além de ter criado uma Dívida Tarifária que neste momento é de cerca de 3.000 milhões de euros. Dívida esta que está à conta dos consumidores e que é uma grande ameaça para aumentos futuros do preço da eletricidade ainda mais gravosos que os atuais.

Devido às FIT concedidas aos produtores de potências intermitentes, eólicas e fotovoltaicas, pelo Governo Sócrates pelo prazo de 15 Anos os consumidores estão agora condenados a pagar valores elevadíssimos, de 290 Euros/MWh pela eletricidade de origem fotovoltaica até 2028 e de 100 Euros/MWh por eletricidade de origem eólica até 2032.

Dado que o preço no mercado livre de eletricidade na Península Ibérica é de apenas 40 Euros/MWh, isto significa um brutal sobrecusto para a economia portuguesa.

Há que sublinhar que as futuras produções fotovoltaicas, que têm sido recentemente anunciadas pelo Governo, não irão permitir baixar o preço da eletricidade até 2032 porque até lá não estaremos em economia de mercado e as potências elétricas intermitentes já em funcionamento expulsam estas novas produções mais baratas, exatamente porque as mais antigas e mais caras estão protegidas pelo sistema das FIT .

Assim, as novas produções fotovoltaicas ir-se-ão adicionar às já existentes, as quais continuaremos a pagar, com a agravante que serão assim até criadas mais situações de excesso de produção relativamente ao consumo.

Segundo cálculos efetuados pelo Professor Abel Mateus, os sobrecustos já pagos pelos consumidores portugueses entre 2006 e 2018 ascendem a mais de 22.000 milhões de Euros, sendo que nos próximos 11 anos, e com as políticas atualmente previstas, o valor acumulado dos sobrecustos futuros apenas se reduzirá 7 %, o que conduzirá a um sobrecusto adicional de mais 20.000 milhões de Euros até 2032

A nossa economia irá, pois, ter uma desvantagem competitiva esmagadora e crescente face aos nossos concorrentes tanto no mercado europeu, como em especial quando nos comparamos com países que não aplicam taxas de carbono na produção de eletricidade a partir do carvão e do gás natural, como é o caso da China, da Índia, de Marrocos, da Argélia e do Egipto, para citar só alguns que são concorrentes diretos das nossas empresas. “ .

## VI. INVESTIGAÇÃO, INOVAÇÃO E EMPREENDEDORISMO

Relator/Coordenador: Sandra Maximiano

### Empreendedorismo

#### PARTE 1 — o diagnóstico/ ponto de situação

##### Conceito e Números

Global Entrepreneurship Monitor (GEM, 2019): Perceções sociais e individuais. Taxa de atividade empreendedora Early-stage (TEA)

- Portugal encontrava-se em 20º lugar num ranking de 50.
- O sector com maior taxa de empreendedorismo em Portugal é o orientado ao consumidor, isto é, retalhistas, restauração, lazer, alojamento, saúde, educação, etc., com 51,3%.
- O sector da transformação (construção, manufatura, transporte, comunicações, utilidades e distribuição grossista) com 11,7%.
- O sector orientado ao cliente organizacional conta com a fatia de 27,5%, a agricultura com 3,5%, o sector extrativo com 5,9%.
- Número de empresas constituídas durante a última década?
- Taxa de sobrevivência?
- Dimensão em termos de número de trabalhadores e volume de negócios?
- Mecanismos de suporte a novas empresas: linhas de crédito, incubadoras tecnológicas ou espaços *coworking*, quer seja através de consultoria financiada, ou de eventos para a promoção de redes de negócios.
- Caracterização demográfica dos empreendedores e motivações
- Perceções sociais e individuais.

#### PARTE 2 — Desafios e constrangimentos

- Ensino de empreendedorismo nas escolas?
- Constrangimentos institucionais e legais
- As condições estruturais menos favoráveis, “Políticas Governamentais”, excesso de burocracia e carga fiscal.

#### Parte 3 – Reformas a propor

## Sistema de Inovação e I&D

### PARTE 1 — o diagnóstico/ ponto de situação

- Maior mobilização de recursos nas últimas décadas, o que implicou um alargamento da base científica e tecnológica.
- Queda do peso dos laboratórios do Estado na execução das atividades de I&D
- Crescimento do peso das universidades e das unidades, centros e institutos de investigação, mas sobretudo virados para a investigação fundamental
- O setor empresarial ganhou peso no financiamento e execução de atividades de I&D, mas a participação ainda é insuficiente.
- Que tipo de inovação? Mais inovação em termos de serviços e processo por comparação com a inovação de bens e com introdução de novos produtos no mercado.
- Quais as atividades de inovação mais comuns? Aquisição de maquinaria, equipamento e “software”, a formação para atividades de inovação e a realização de atividades de I&D intramuros.
- Baixa percentagem de empresas com aquisição externa de I&D e com aquisição de outros conhecimentos externos
- A economia portuguesa apresenta um perfil de especialização em atividades económicas de baixa ou média baixa intensidade tecnológica. Como alterar a estrutura da economia? Ou como tornar atividades económicas mais pró I&D.

### *Conceito e números*

#### PARTE 2 — Desafios e constrangimentos

- Desenvolvimento tecnológico das empresas não permite muitas vezes que o conhecimento gerado nas universidades seja absorvido pela economia.
- Reduzida proporção de empresas que reconhece as publicações académicas como importantes fontes de informação para a inovação

### Parte 3 – Reformas a propor

#### Investigação Aplicada

##### PARTE 1 — Diagnóstico/ ponto de situação

- Investigação aplicada não existe sozinha. Fraco alinhamento com a economia.
- Doutoramentos em empresas: números?
- Quantos doutorados estão em empresas vs universidades?

- Falta de articulação das ciências básicas com as ciências aplicadas nos departamentos das Universidades
- A colaboração das empresas nacionais com outros atores do sistema científico nacional é reduzida.
- Área da gestão da inovação tecnológica inexistente enquanto uma área organizada. Existem contribuições por parte de alguns professores, mas avulso
- Solicitação de patentes?

## PARTE 2 — Desafios e constrangimentos

- **Papel dos politécnicos**

## Parte 3 – Reformas a propor

- Empresas que propusessem temas para doutoramento e que houvesse a possibilidade de alguns doutorandos escolhessem a via de uma investigação mais aplicada
- Projetos win-win: articulação de incentivos empresas/investigadores

## Investigação Fundamental

### PARTE 1 — Diagnóstico/ ponto de situação

Fonte: Diagnóstico do sistema de investigação e desenvolvimento (FCT)

Produção científica: Portugal apresentou o maior crescimento na produção científica no universo dos países em análise no período 2000-2010, situando-se em 9º lugar quer em termos de quota mundial quer em volume de produção normalizada pela população dos países. O país está abaixo do seu potencial (tendo como base o número de investigadores medidos em Equivalente a Tempo Integral). **Dados mais recentes?**

Áreas: Ciências Médicas e da Saúde em primeiro lugar em 2010 (por troca com as Ciências Exactas que ocupavam o primeiro lugar em 2000). As Ciências da Engenharia e Tecnologias, as Ciências Naturais, as Ciências Sociais, as Ciências Agrárias, e as Humanidades constituem as áreas que se seguem em número de publicações.

Internacionalização: O número de publicações em colaboração internacional triplicou entre 2000 e 2010.

O perfil da produção científica portuguesa por região NUT 2: Na região Norte, o domínio que representa maior número de publicações é a Ciência dos Materiais; no Centro e em Lisboa a Engenharia Electrotécnica e Electrónica; no Alentejo, as Ciências do Ambiente; no Algarve e Açores, a Biologia Marinha e Aquática; e, por último, na Madeira, a Física Aplicada.

**A procura de doutoramentos cresceu sem que necessariamente os candidatos sejam um match perfeito para investigação fundamental**

Há muitos alunos admitidos em doutoramento com fraca capacidade científica para prosseguirem uma carreira académica forte na investigação fundamental, sendo, no entanto, bons candidatos para trabalharem em empresas. No entanto, acabam por ingressar na carreira de investigador,

prosseguindo pós-doutoramentos, que do ponto de vista puramente científico são fracos. Ou seja, acabamos por subsidiar uma investigação fundamental também que se vai revelar pouco produtiva. Ou muitos dos doutorandos são absorvidos pelo meio empresarial, ou temos recursos bastante qualificados, mas não no match perfeito e pior, subsidiados.

- **Aumento do número de publicações em revistas científicas internacionais na última década, mas os estudos têm pouco impacto a nível internacional.**

## **PARTE 2 — Desafios e constrangimentos**

Aumento do número de publicações em revistas científicas internacionais, no entanto a produtividade na investigação fundamental ainda é baixa:

- Muitas horas de ensino
- Fraco sistema de incentivos: não é fácil comprar horas se se conseguir financiamento, substituindo horas de ensino por horas de investigação
- Mismatch entre preferências de ensino e investigação: mais horas de ensino no início da carreira académica, quando deveria ser ao contrário
- Mismatch entre preferências de investigação aplicada vs. fundamental: há professores universitários que certamente preferiam focar-se na investigação aplicada, mas não existem incentivos para o fazer. A progressão na carreira depende essencialmente do número e qualidade das publicações.

Fontes de financiamento da Investigação

## **Parte 3 – Reformas a propor**

## VII. REFORMAS DA EDUCAÇÃO

**Relator/Coordenador:** Alexandre Homem Cristo/Eduardo Marçalo Grilo

### PROPOSTA DE ESTRUTURA – ENSINO BÁSICO E SECUNDÁRIO

#### PARTE 1 — o diagnóstico/ ponto de situação

##### 1.1. Introdução/ Educar para o século XXI

- Reflexão sobre o desafio global da educação, num contexto dominado pela incerteza acerca do que será o futuro e, conseqüentemente, de quais serão as competências/ conhecimentos necessários para vingar no mercado de trabalho e na vida activa. A necessária articulação entre a aquisição de conhecimento e de competências.

##### 1.2. O sistema educativo português, hoje: como evoluiu em democracia e como se compara Portugal nas avaliações internacionais

- Reflexão sobre a evolução do sistema educativo português em Democracia, nas suas várias fases (democratização do acesso, melhoria da qualidade, aumento da diversidade/ autonomia). Dados sobre os níveis de qualificação da população em perspectiva comparada.
- A melhoria assinalável de Portugal nos indicadores do Abandono Escolar Precoce e nas avaliações internacionais (PISA, TIMSS, PIRLS) desde 2000 + o actual risco de recaída.
- Evolução do Ensino Superior
- Ponto de situação actual (dados mais recentes, incluindo orçamentais) + apontar um rumo para os próximos 15 anos.

#### PARTE 2 — CUIDAR DO FUTURO (áreas-chave com desafios e para actuar)

##### 2.1. Combater as desigualdades sociais na educação

- As desigualdades sociais são, em Portugal, determinantes na Educação. O perfil socioeconómico de um aluno é o factor explicativo mais relevante para a análise dos seus desempenhos escolares, sendo que Portugal está entre os países onde o perfil socioeconómico mais pesa na previsão do sucesso/ insucesso escolar. Usar dados comparativos DGEEC e OCDE sobre peso da condição socioeconómica, mais revisão da literatura científica.

##### 2.2. Os professores

- envelhecimento da classe docente é acentuadíssimo, com cerca de metade dos quadros do Ministério da Educação a saírem para a reforma nos próximos 10/12 anos (cf. dados DGEEC);

- dificuldade em atrair os jovens para uma carreira na docência — menos vagas preenchidas e notas de entrada relativamente baixas (cf. Dados CNE e DGES);
- modelo de carreira e de avaliação profissional desajustados;
- pouca formação contínua, para ajudar professores a inovar e a adaptarem-se a novos desafios.

### 2.3. Qualificar para o mercado de trabalho

- combater o estigma do ensino profissional como oferta educativa de segunda linha
- aprofundar a relação entre as empresas e a qualificação profissionalizante (dados de frequência do profissional).

### 2.4. Modernizar as escolas e abri-las à comunidade

- PT tem um atraso acentuado no apetrechamento tecnológico das escolas. Dados comparados mostram como escolas portuguesas estão, em média, pior equipadas do que no resto da UE.
- Escolas passam muito tempo encerradas (o que é igualmente factor de promoção de desigualdades sociais, ver acima). Férias escolares longas? Sobretudo, problema é não haver apoios ao estudo (ou actividades lúdico-didácticas) durante os meses de pausa lectiva.

### 2.5. Monitorização do desempenho do sistema educativo

- Quebra na produção de dados e informação comparável desde 2016, interrompendo série contínua desde 2000, causou um vazio de monitorização sobre a aprendizagem dos alunos no final dos 1º e 2º ciclos do ensino básico.

### 2.6. Aprender ao longo da vida

- dados comparados mostram que PT é dos países europeus cuja população activa tem menores qualificações. Dados comparados mostram igualmente que a população adulta portuguesa é das que, no contexto europeu, tem menores taxas de participação em aprendizagem ao longo da vida. Programas anteriores (Novas Oportunidades) ou em curso (Centros Qualifica) não alteraram essa realidade de forma significativa.

## PARTE 3 — REFORMAS A PROPOR (hipóteses de trabalho a partir das reuniões)

### REFORMA-CHAVE: Os professores

- Rever os critérios de selecção dos professores, a sua formação inicial e a sua formação contínua, de modo a atrair os melhores jovens de cada geração;

- Um novo modelo de carreira para os que entrarem nos quadros daqui a 10 anos, mais dependente do desempenho do que da antiguidade;
- Prever formas alternativas de acesso à função (e não à carreira) que estimulem profissionais de várias áreas, em diferentes fases dos seus percursos profissionais, a fazer formação acelerada para a docência (mesmo que a tempo parcial e em acumulação com outras funções);
- Critérios de progressão na carreira docente.

### 3.1. Maior igualdade de oportunidades

- PRÉ-ESCOLAR: alargar cobertura aos 3 anos;
- CRECHE: alargar oferta gratuita para elevar taxa de escolarização;
- TRANSPORTE ESCOLAR;
- ACÇÃO SOCIAL ESCOLAR reforçada;
- EDUCAÇÃO INCLUSIVA;
- FÉRIAS ESCOLARES + ESCOLA ABERTA AO FIM-DE-SEMANA (fazer face ao “the shadow education system”).

### 3.2. Mais autonomia e liberdade na educação

- Acesso ao ensino superior deve ser independente do ensino secundário;
- Descentralização: dar às escolas o poder de escolher e contratar os seus próprios professores, assim como às autarquias para criarem incentivos para atrair professores/ candidatos para as suas escolas;
- Mais liberdade de escolha para as famílias entre a oferta pública de educação (matrículas).

### 3.3. Um sistema educativo moderno

- Autonomia/ repensar o papel do Ministério da Educação — menos centralizador da decisão;
- Lideranças Escolares: formação, seleção e prestação de contas;
- Digitalização + Plano Nacional de Leitura digital gratuito;
- Monitorização de resultados com provas de aferição no final dos 4º e 6º anos.

### 3.4. Uma oferta formativa plural e de qualidade

- Quebrar estigma social do ensino profissional com campanha de sensibilização, eventualmente com role-models que contribuam para a valorização do ensino profissional;



- Investir na formação dos professores do ensino profissional;
- Melhorar a ligação ao tecido empresarial (aprofundar ensino dual?).

## **PROPOSTA DE ESTRUTURA – ENSINO SUPERIOR**

### **PARTE 4 – ENSINO SUPERIOR E INVESTIGAÇÃO: DESAFIOS EXISTENTES E RUMOS POSSÍVEIS**

#### **4.1. Ensinar em e para a Liberdade**

- Assegurar que o ensino superior não fica refém de uma visão utilitarista, que tendencialmente exclui as formações nas áreas das humanidades e artísticas;
- Refletir sobre a oferta existente e promover maior liberdade de escolha aos estudantes na definição das suas formações — uma livre escolha na aprendizagem;
- Incentivos à inovação pedagógica;
- Repensar modelos de avaliação, com várias épocas de exames;
- Articular o ensino com a produção de conhecimento.

#### **4.2. Instituições inseridas no sistema científico e nas suas comunidades**

- Promoção da cooperação entre departamentos e entre instituições, de modo a robustecer a investigação e a gerar oferta mais competitiva a nível nacional e internacional, nomeadamente nos programas de doutoramento;
- A missão dos politécnicos e o modelo dos community colleges;
- Possibilidade de especializar algumas instituições de ensino superior, de modo a que, nas suas áreas científicas, se possam tornar competitivas e referências internacionais;
- Enfrentar a endogamia, nomeadamente com recrutamentos internacionais mais competitivos;
- Foco efetivo em lecionar ou investigar, com percursos de carreira diferenciados. Atuais incentivos estão colocados na investigação, mas docentes/investigadores acumulam inúmeras responsabilidades;
- A Terceira Missão das universidades: contributo para o desenvolvimento económico e social.

#### **4.3. O acesso ao ensino superior**

- Os efeitos educativos e sociais do atual modelo de acesso ao ensino superior
- Cenários alternativos para o futuro.

#### **4.4. Equidade e financiamento**

- Fontes de financiamento demasiado dependentes do Estado,

- Autonomia na gestão financeira é excessivamente limitada e deve ser expandida;
- Reforçar as bolsas de Ação Social à medida das necessidades, em vez de baixar valor das propinas.

#### **4.5. Internacionalização do Ensino Superior e da Academia portuguesa**

- Programa Erasmus e mobilidade dos estudantes;
- Atuação das instituições de ensino superior nos países de destino dos seus estudantes e dos seus investigadores (em protocolos de cooperação internacional).

#### **4.6. Investigação e desenvolvimento**

- Políticas de investigação científica;
- Inserção em redes de investigação internacionais;
- Financiamento da investigação.

#### **4.7. Inovação e empreendedorismo de base universitária**

- Processo de criação de valor com base no conhecimento;
- Propriedade intelectual, projetos conjuntos universidades-indústria e spin-offs de base universitária;
- Promoção de empreendedorismo e intra-empreendedorismo universitário.

## VIII. REFORMAS DA SAÚDE

**Relator/Coordenador:** Nadim Habib

**Position Paper:** Políticas de Vacinação contra o Covid; Políticas de Combate à Pandemia.

### 1. QUAL A SITUAÇÃO DO SNS-SERVIÇO NACIONAL DE SAÚDE NO FINAL DE 2019

#### **OBJECTIVOS**

- A- ACESSO E EQUIDADE
- B- EFICIÊNCIA
- C- FINANCIAMENTO
- D- SUSTENTABILIDADE
- E- RECURSOS HUMANOS
- F- GESTÃO E ORGANIZAÇÃO
- G- PREVENÇÃO DA DOENÇA E PROMOÇÃO DA SAÚDE
- H- GOVERNANCE E ESTRUTURA A NIVEL MACRO DO SNS
- I- COMPARAÇÕES INTERNACIONAIS

#### 1A . IMPACTOS DA PANDEMIA NO SNS EM 2020

### 2. VISÃO ESTRATÉGICA PARA O FUTURO

### 3. POLITICAS PARA A IMPLEMENTAÇÃO DA VIA ESTRATÉGICA ESCOLHIDA

#### 1. Qual a situação do SNS no final de 2019?

##### *OBJECTIVOS:*

- Demonstrar que os problemas com os quais o SNS se defrontava, já no final de 2019, não permitiam uma resposta eficaz e atempada as necessidades de largos estratos da população penalizando, em especial, as camadas mais desfavorecidas e vulneráveis
- Evidenciar que é indispensável efectuar mudanças fundamentais no SNS para resolver os problemas de acesso, equidade, eficiência e sustentabilidade e para assegurar que seja

cumprida, para todos os portugueses, a garantia constitucional de um SNS de acesso geral, universal e (tendencialmente) gratuito.

### **A-ACESSO E EQUIDADE**

- A nível global

- . Como tem sido a resposta global do SNS?
- . Qual a expressão da não resposta do SNS às necessidades da população?

- Cuidados Primários

- . Como tem sido o desempenho das unidades de prestação de cuidados primários: USF's; ACES?
- . Quais as condicionantes principais na resposta à população? Carência de recursos? Outros?
- . Quais os problemas fundamentais de acesso às USF's, ACES? Falta de médicos de família? Outros?
- . Quais os principais problemas de organização e gestão?

- Cuidados Agudos ou Hospitalares

- . Quais as condicionantes principais na resposta à população das unidades hospitalares?
- . Qual a situação e como têm evoluído as listas de espera para cirurgias e consultas hospitalares?
- . Quais os problemas fundamentais quanto a recursos necessários?
  - Recursos humanos? Disponibilidade de equipamentos?
- . Quais os principais problemas de organização e gestão?
- . Qual a situação e como tem evoluído a integração/articulação das unidades hospitalares com os cuidados primários e continuados?
- . Existem problemas nesta integração/articulação? Duplicação de MCDT's? Demoras na resposta aos utentes?

### **B- EFICIÊNCIA**

- . Qual a expressão da ineficiência do SNS quanto a custos?
- . Como tem evoluído esta situação a nível global do SNS? e ao nível dos cuidados primários e hospitalares?
- . Que ineficiências podem ser encontradas ao nível das grandes componentes de custos? Recursos humanos? Consumos Intermédios? Produtos Farmacêuticos?

**C- FINANCIAMENTO**

- . Como têm evoluído as dotações orçamentais para o SNS?
- . Qual a expressão e como tem evoluído o sub-financiamento do SNS?
- . Como se compara o financiamento do SNS com outros sistemas de saúde de referência, de tipo “beveridgiano”?
- . Qual o esforço das famílias em termos de financiamento dos seus cuidados de saúde?
- . Qual a comparação com outros países?

**D- SUSTENTABILIDADE**

- . Qual a expressão e como tem evoluído o investimento público no SNS: em % do PIB? per capita?
- . Qual a relação e como tem evoluído o aumento das despesas públicas em saúde e o crescimento do PIB?
- . Qual a expressão e como têm evoluído: os défices orçamentais do SNS? as dividas as terceiras, em especial, à indústria farmacêutica?

**E- RECURSOS HUMANOS**

- . Quais os principais problemas da gestão dos Recursos Humanos no SNS?
  - Falta de cultura de gestão e de responsabilização, em especial das chefias?
  - Falta de motivação?
  - Falta de incentivos ligados a resultados?
  - Falta de objetivos e de avaliação efetiva de desempenho?

**F- GESTÃO E ORGANIZAÇÃO**

- . Quais os principais défices de gestão e organização do SNS?
  - Falta de Planeamento?
  - Falta de autonomia (em especial das unidades hospitalares)?
  - Falta de contratualização com as equipas dos resultados a atingir?
  - Falta de coordenação e controlo?
  - Há estruturas sobredimensionadas ao mesmo tempo que existem serviços sem capacidade de resposta?

## **G- PREVENÇÃO DA DOENÇA E PROMOÇÃO DA SAÚDE**

- . Qual a expressão das políticas públicas na área da saúde para a prevenção da doença e promoção de estilos de vida saudáveis?
- . Qual a expressão do investimento em Portugal, nesta área, em comparação com outros países da União Europeia?
- . Quais as principais componentes de uma estratégia de prevenção da doença e promoção da saúde?
  - Informação e sensibilização da população?
  - Literacia em saúde (a começar nas escolas)?
  - Investimento na prevenção de doenças crónicas?
  - Utilização da via fiscal penalizando os produtos menos saudáveis?

## **H- GOVERNANCE E ESTRUTURA DO SNS A NÍVEL MACRO**

- . Há necessidade de um órgão de gestão global do SNS separando a esfera política da esfera técnica na tomada de decisão?
- . As estruturas a nível macro do sector público (DGS, ARS's, ACSS, INFARMED, INSTITUTO RICARDO JORGE ...) são as adequadas?
- . Existe lugar para a racionalização de estruturas? (por ex. DGS vs ARS's?)

## **I- COMPARAÇÕES INTERNACIONAIS**

- . Qual a posição do SNS no conjunto dos Sistemas de Saúde a nível europeu? Por ex. no “Euro Health Consumer Index”?
- . E a nível mais global? por ex. “Health at Glance” da OCDE ?
- . Quais os principais pontos positivos e negativos face aos outros Sistemas de Saúde?

## **1 A – IMPACTO DA PANDEMIA NO SNS EM 2020**

- . Quais as maiores fragilidade do SNS reveladas pelo impacto da pandemia?
  - Ao nível global do SNS?
  - Ao nível das unidades de cuidados primários e hospitalares?
- . Qual a expressão do impacto da pandemia quanto:
  - à suspensão da assistência a doentes não-Covid?

- ao agravamento da resposta do SNS, em especial, em relação das listas de espera para cirurgias e consultas e à não realização de atos médicos e de enfermagem?

## 2. VISÃO ESTRATÉGICA PARA O FUTURO

Face à análise efetuada, e tendo em conta os desafios que o SNS defronta no futuro e o comportamento dos “atores” presentes no meio envolvente, há que identificar as possíveis vias estratégicas a seguir para o futuro.

### A. PRINCIPAIS DESAFIOS COM OS QUAIS O SNS SE CONFRONTARÁ COM MAIOR INTENSIDADE NO FUTURO

- Envelhecimento da população
- Aumento dos doentes crónicos (cujos custos representam hoje cerca de 75% dos custos totais do SNS)
- Aumento dos custos por Inovação Tecnológica (Medicamentos Inovadores, Imagiologia...)
- Desequilíbrios entre o crescimento da riqueza gerada (PIB) e o aumento das despesas em saúde.

### B. “ACTORES” E FACTORES EXTERNOS AO SNS QUE PODEM CONDICIONAR A IMPLEMENTAÇÃO DE UMA NOVA VIA ESTRATÉGICA PARA A SAÚDE

- Corporações
- “Lobbies”
- Partidos Políticos

### C. POSSÍVEIS VIAS ESTRATÉGICAS PARA O FUTURO

- MANUTENÇÃO DO MODELO “BEVERIDGIANO” COM O AUMENTO DO INVESTIMENTO E MELHORIAS DE GESTÃO
- EVOLUÇÃO DO ACTUAL MODELO “BEVERIDGIANO”
  - Passagem do conceito de Serviço para Sistema Nacional de Saúde
    - Coexistência na Prestação de Cuidados de Saúde das três Iniciativas: pública, privada e social
  - Contratualização pelo Estado da prestação de cuidados de saúde à população às outras iniciativas
  - Aumento da liberdade de escolha dos utentes
  - Transparência, com publicação pública, regular, de “rankings” entre as unidades de prestação de cuidados de saúde, públicas, privadas e sociais

- Manutenção da Prestação de Cuidados de Saúde e do Financiamento na mesma entidade (o Estado)
- Manutenção da garantia constitucional de acesso geral, universal e (tendencialmente) gratuito a todos os portugueses
- MUDANÇA PARA UM MODELO “BISMARCKIANO”
  - Manutenção da garantia constitucional de acesso geral universal e (tendencialmente) gratuito para todos os portugueses;
  - Separação dos Prestadores dos Cuidados de Saúde do Financiador;
  - Instituição do Seguro Social Obrigatório e criação de um Instituto Social;
  - Liberdade de escolha plena dos utentes em relação aos Prestadores dos cuidados (públicos, privados, sociais);
  - Pagamento dos cuidados aos Prestadores segundo tabelas negociadas e aprovadas pelo Instituto de Seguro Social.

### 3. POLÍTICAS PARA A IMPLEMENTAÇÃO DA VIA ESTRATÉGICA ESCOLHIDA

Este é um capítulo fundamental do trabalho a desenvolver pelo GT.

Uma vez determinada a Estratégia a seguir há que identificar e propor aos decisores políticos e à opinião pública as políticas e as medidas que a SEDES considera fundamentais para a Reforma do SNS e para responder ao choque da pandemia

Questões de Organização Básica do Sistema de Saúde

#### **A. INTEGRAÇÃO E COORDENAÇÃO DOS PILARES PÚBLICO, PRIVADO E SOCIAL**

#### **B. MUDANÇA PARA UM MODELO “BISMARCKIANO”?**

- Manutenção da garantia constitucional de acesso geral;
- Universal e (tendencialmente) gratuito para todos os portugueses;
- Separação dos Prestadores dos Cuidados de Saúde do Financiador;
- Instituição do Seguro Social Obrigatório e criação de um Instituto Social
- Liberdade de escolha plena dos utentes em relação aos Prestadores dos cuidados (públicos, privados, sociais).

Pagamento dos cuidados aos Prestadores segundo tabelas.

- Negociadas e aprovadas pelo Instituto de Seguro Social.
- Participação do Estado no pagamento deste seguro em função das incapacidades económicas das famílias (as Unidades de Saúde passam a ser financiadas pelo Seguro Social de Saúde através do pagamento, por este, dos serviços prestados/contratualizados- O Estado usa o orçamento da Saúde nas participações nos "prémios" )
- O Ministério das Finanças poderá ser o coletor dos "prémios/"- na verdade a designação de taxa será mais apropriada.
- Contratualização esclarecida QARE visando, Qualidade, Acessibilidade, Resultados em Saúde, Eficiência. (E não o simples pagamento por uma tabela indiferente)
- Auto-regulação (com flutuação das tabelas e dos prémios/taxas de forma a garantir uma execução de saldo 0)



- Concertação- O Instituto Seguro Social de Saúde terá um Conselho Geral Tripartido com representantes do Estado, dos Beneficiários e dos Prestadores, que designará o Conselho de Administração , e que será sede da concertação das tabelas e regras da contratualização.

Acresce ainda que o objetivo é entregar a gestão ao privado, cooperativo e social, de todas, ou quase todas unidades de saúde públicas, pois sabe-se que o Estado irá sempre inclinar o tabuleiro para o lado das Instituições pelas quais é responsável da Gestão e irá sempre cobrir os seus déficits.

E por isso o slogan " Liberdade de escolha plena dos utentes em relação aos Prestadores dos cuidados (públicos, privados, sociais)" nunca funcionará enquanto houver um sector de gestão/administração pública. E vigorará o princípio de "recorrer ao privado sim, mas só quando a capacidade pública estiver esgotada".

Acresce que a entrega da gestão permite eliminar todo o ineficiente aparelho burocrático do Ministério da Saúde que atualmente administra o SNS.

Modelo Israelita de Saúde  
Reforma dos Países Baixos

## IX. REFORMAS DA JUSTIÇA

**Relator/Coordenador:** Jorge Bleck

### LINHAS DE AÇÃO

Nova **Política de Justiça** deverá, pois, focar-se na resposta, tanto a problemas conjunturais como estruturais, atendendo primordialmente a **três grandes linhas de orientação estratégica** fortemente interligadas:

- 1. eficiência (e eficácia);**
- 2. qualidade, e**
- 3. transparência.**

### IDENTIFICAÇÃO DOS BLOQUEIOS À REFORMA DA JUSTIÇA, E ESTRATÉGIAS PARA SUA ULTRAPASSAGEM

#### *PROPOSTAS DE REFORMA*

#### **A. ARQUITETURA/ESTRUTURA E DIREÇÃO DO SISTEMA JUDICIÁRIO**

- a. Integrar os tribunais administrativos e fiscais nos tribunais comuns**
- b. Adaptar mapa judiciário à realidade ordenamento subjacente
- c. Tribunais especializados versus câmaras especializadas versus juízes especializados
- d. Conselho Superior Judiciário.

#### **B. REFORÇO DA INDEPENDÊNCIA**

- a. Reforçar autonomia financeira**
- b. Autonomia do Ministério Público e redefinição da suas funções.**

#### **C. GESTÃO E DISTRIBUIÇÃO DE PROCESSOS NOS TRIBUNAIS**

- a. Reforço da gestão por objetivos e indicadores de performance**
- b. Revisão do CPC introduzindo técnicas modernas de gestão de casos, reconsiderar o conceito de juiz natural e do princípio da conciliação inicial**
- c. Introdução sistema moderno de controle do workflow**
- d. Publicitação de resultados por comarca e sistema transparente de alertas.**

#### **D. FORMAÇÃO DE ADVOGADOS, JUÍZES, E MEMBROS MAGISTRADOS DO MP E ADVOGADOS**

- E. SELEÇÃO DE JUÍZES**
- F. SELEÇÃO DE MAGISTRADOS DO MP**
- G. DISCIPLINA, AVALIAÇÃO E REMUNERAÇÃO DE JUÍZES E DE, MAGISTRADOS DO MP E ADVOGADOS**
- H. PROGRESSÃO NA CARREIRA DE JUÍZES E MAGISTRADOS DO MINISTÉRIO PÚBLICO**
- I. ALTERAÇÕES À LEI PROCESSUAL**
- J. DIGITALIZAÇÃO**
- K. REFORMA DO ENSINO DO DIREITO EM PORTUGAL**

## X. REGULAÇÃO

Relator/Coordenador: Nuno Garoupa

### 1) Questões transversais sobre regulação

#### a) Melhorias no atual enquadramento jurídico:

- i) Vantagens e desvantagens da atual lei-quadro (Lei 67/2013) – avaliação retrospectiva;
- ii) Entidades reguladoras e poder político;
- iii) Entidades reguladoras e poder judicial;
- iv) Entidades reguladoras e poder económico.

#### b) A regulação a nível europeu e sua iteração com a regulação nacional:

- i) Razão de ser da regulação a nível da EU: fundamentos jurídicos constitucionais e outros;
- ii) As áreas atuais onde existe regulação a nível da EU;
- iii) Áreas onde deveria haver regulação a nível da EU;
- iv) Primado das leis comunitárias sobre nacionais;
- v) Relação entre a regulação europeia e nacional.

#### c) Processo de escolha e nomeação dos conselhos reguladores:

- i) Modelos de concurso (fase de seleção dos candidatos);
- ii) Homogeneização/heterogeneização dos modelos de nomeação (fase de nomeação e confirmação);
- iii) Regime de incompatibilidades e portas giratórias: portas giratórias entre regulação e cargos políticos, portas giratórias entre regulação e setor privado.

#### d) Independência dos reguladores:

- i) Independência formal *de jure* (garantias legais);
- ii) Independência *de facto* (limitações práticas) – financiamento dos reguladores, recrutamento dos quadros técnicos, acesso a informação adequada, capacidade de *enforcement* das decisões.
- iii) Independência das agendas partidárias;
- iv) Independência das tutelas administrativas;
- v) Independência do setor privado/indústria regulada.

#### e) Controle judicial das decisões dos reguladores:

- i) Estatísticas sobre decisões confirmadas e multas aplicadas;
- ii) Problema da formação dos juízes;
- iii) Que reformas para melhorar;
- iv) Estrutura institucional dos tribunais que controlam a legalidade;
- v) Controle a nível comunitário.

#### f) 'Accountability'/Prestação de contas dos reguladores:

- i) Controle democrático – Assembleia da República, Presidente da República.
- ii) Regulação e opinião pública – reguladores na comunicação social e redes sociais.

#### g) Estrutura institucional das entidades reguladoras:

- i) Modelo dos meta-reguladores;
- ii) Modelo dos mega-reguladores (fusões de autoridades setoriais).

## 2) Regulação sectorial

### a) Melhorias técnicas na regulação setorial:

- i) Concorrência (AdC);
- ii) Indústrias em rede: Telecomunicações (ANACOM), Energia (ERSE), Águas (ERSAR), Transportes (AMT), Aviação Civil (ANAC);
- iii) Sector financeiro: Mercados financeiros (CMVM), Supervisão prudencial (BdP), Seguros e Fundos de Pensões (ASP);
- iv) Saúde (ERS);
- v) Comunicação social (ERC).

### b) Os desafios da autoregulação e a captura pelos interesses privados:

- i) Modelo português de ordens profissionais,
- ii) Legislação da UE sobre profissões,
- iii) A autoregulação das profissões e a regulação da concorrência.

### c) Os desafios da regulação da intermediação de negócios públicos e privados:

- i) Regulação do lobbying e dos facilitadores de negócios,
- ii) A relação do lobbying com os órgãos de soberania, em particular o regime de acumulações na Assembleia da República e as portas giratórias entre poder executivo e setor privado,
- iii) Regulação das sociedades de advogados,
- iv) Regulação das agências de comunicação.